

# GUIA DE BOAS PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

*Estratégias que contextualizam a inclusão da diversidade na ação educativa.*

Cintia Gonçalves dos Santos.  
Marcia Regina Barbosa

Recife - 2024



# FICHA TÉCNICA

Texto: Cintia Gonçalves dos Santos  
Diagramação: Cintia Gonçalves dos Santos

Santos, Cintia Gonçalves dos

Guia de boas práticas de ensino na educação de jovens e adultos [livro eletrônico] : estratégias que contextualizam a inclusão da diversidade na ação educativa / Cintia Gonçalves dos Santos, Márcia Regina Barbosa. -- 1. ed. -- Recife, PE : Ed. das Autoras, 2024.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-21564-8

1. Diversidade 2. Educação de Jovens e Adultos  
3. Inclusão escolar 4. Prática de ensino I. Barbosa, Márcia Regina. II. Título.

24-237109

CDD-374

## Índices para catálogo sistemático:

1. Educação de jovens e adultos 374

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

## AUTORA: CINTIA GONÇALVES DOS SANTOS

**Graduada em Pedagogia, Mestranda em Educação Básica, pela UFPE (2022), cursos de atualização na área de educação e linguagem e formação de professores. Com experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem, formação continuada, Educação Profissional Técnica a Distância e Presencial, Supervisão, coordenação e acompanhamento pedagógica, Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização de Jovens e Idosos.**



## ORIENTADORA: MARCIA REGINA BARBOSA

**Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestra em Educação pela Universidade Federal do Piauí (Educação e Linguagem), e Doutorada em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (Educação de Jovens e Adultos). Reconhecimento do Curso: Universidade Federal de Pernambuco - Conceito 5 - Registro n. 29 - Livro - EDUCA 00002 - Folha 15 - Pr ocesso 08996/2017 - DRD. Pós Doutora pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Atualmente é Professora Associada 3 pela Universidade Federal de Pernambuco. Na qualidade de Professora e Investigadora, Leciona no Curso de Graduação em Pedagogia e nas demais Licenciaturas da UFPE. É também, Professora e Investigadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional de Educação Básica. Atua nas áreas de Educação de Jovens e Adultos e Formação de Professores e Prática Pedagógica, com foco em Educação e Formação de Jovens e Adultos em Contexto de Privação de Liberdade. É líder do Grupo de Pesquisa A EJA em Contexto de Privação de Liberdade da UFPE (registrado no CNPQ). Como Investigadora integra o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular da UFPE (NUPEP), O Centro de Estudos em Educação e Linguagem da Universidade Federal de Pernambuco (CEEL), o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20 e o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Multidisciplinar do Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES. Desenvolve atividades de Coorientação de Doutorado, Formação, Palestras e Seminários em parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.**



# APRESENTAÇÃO

Caro(a) leitor(a),

Este Guia é parte integrante da Dissertação de Mestrado intitulado - Narrativas de Boas Práticas de Ensino na Educação de Jovens e Adultos: Estratégias que contextualizam a inclusão da diversidade na ação educativa.

O interesse por esta temática emerge de observações e relatos de práticas educativas de educadores em diversos espaços de formação, onde percebemos a importância de visualização de práticas que garantisse significados no envolvimento de experiências individuais e/ou coletivas, articulando elementos constitutivos para o ensino e reflexão sobre a ação pedagógica

A perspectiva da narrativa contribuirá para que a complexidade do ambiente escolar e suas particularidades se tornem mais explícitas por meio das vozes dos atores envolvidos e dos relatos de suas experiências. Com base na visão deweyana da experiência, Clandinin e Connelly (2011) salientam que nessa perspectiva, oferece subsídio para que o termo comum na linguagem de educadores torne-se um termo de pesquisa e, desta forma contribui para um melhor entendimento das vivências no campo educacional.

Do ponto de vista metodológico fundamentou-se nos principais referenciais: as discussões sobre conceito de coreografias didáticas na educação, Zabalza (2006) e Silva (2011), a Educação de Jovens e Adultos e a Educação no Contexto dos Privados de Liberdade na Educação Básica.

O progresso investigativo se deu no cotidiano de uma escola da Educação Básica de EJA de Pernambuco, dentro de Unidade Prisional, analisando três pilares: 1. Concepções pedagógicas para-EJA; 2. Contribuições das políticas públicas na prática educativa para-EJA; 3. As narrativas da inclusão da diversidade na ação educativa. Investigando dinâmicas, metodologias e estratégias que os professores estão utilizando no fazer pedagógico que possibilitem aprendizagens significativas, emancipatórias e de inclusão da diversidade, aos (as) estudantes da EJA.

Este Guia é estruturado com o objetivo de oferecer uma opção metodológica voltada para a ação pedagógica sob a ótica de uma coreografia didática, Zabalza (2009), na qual o(a) professor(a) tem de "organizar um processo complexo de oportunidades diferenciadas de aprendizagem profunda e acompanhar o itinerário pessoal que cada um dos estudantes segue nesse processo" (p.76). Ao longo deste trabalho irá se discutir várias literaturas pertinentes ao tema como Arroyo (2005), Gadotti (2007), entre outros que abordam a importância do papel do professor neste processo e como suas práticas podem ser otimizadas para melhor atender o público da EJA.

Isso se traduz, em planejar atividades levando em consideração as estratégias que guiem os(as) estudantes e educadores através de um processo de aprendizagem que seja tanto eficaz quanto envolvente, cada passo é cuidadosamente planejado e executado para alcançar um objetivo maior a inclusão da diversidade na ação educativa.

A expectativa é que esse Guia possa envolver e ampliar as ações da prática docente na construção de planejamento didático, que impulsionem aos(as) estudantes da educação básica da EJA das redes de ensino, aprendizagens significativas e emancipatórias, considerando as Boas práticas, como estratégias de adaptação concreta em que as práticas se desenvolvem, adequando a demanda da sociedade e dos(as) estudantes - coerência, atualizações e progressividade a ação educativa.



# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 AS BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DOS PRIVADOS DE LIBERDADE</b> | <b>05</b> |
| <b>2 OS FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DAS BOAS PRÁTICAS NA INCLUSÃO DA DIVERSIDADE</b>                                | <b>11</b> |
| <b>2.1 O que difere as Boas Práticas de outras práticas</b>   | <b>12</b> |
| <b>3 ORIENTAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DAS COREOGRAFIAS DIDÁTICAS CONSIDERANDO AS BOAS PRÁTICAS</b>                     | <b>17</b> |
| <b>3.1 Planejamento Didático embasado nas Boas Práticas</b>   | <b>19</b> |
| <b>3.2 Ação educativa em 5 estratégias de inclusão da diversidade que evidenciam as boas práticas.</b>            | <b>21</b> |
| <b>4 ANÁLISE DAS ATIVIDADES</b>   | <b>41</b> |
| <b>5 NOSSAS CONSIDERAÇÕES</b>   | <b>32</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b>   | <b>36</b> |

# 1 AS BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DOS PRIVADOS DE LIBERDADE

**A** Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um desafio para a nossa sociedade devido não só aos seus problemas imediatos, mas sobretudo, porque precisamos revisar os seus fundamentos, que são o nosso modo de olhar, perceber, representar, interagir e enunciar a EJA. Modo esse que é decorrente, em muitos aspectos, de como olhamos, percebemos, representamos, interagimos e enunciamos os sujeitos do meio popular que são os(as) /destinatários das iniciativas da EJA, nela está aqueles a quem um, ou um conjunto de direitos foi negado, mas a experiência escolar ainda é para esses, um lugar de afirmação desses mesmos direitos.

Envolve uma série de práticas pedagógicas que valorize suas experiências de vida, promovendo um ambiente de aprendizado significativo, para atender esse público específico, por razões variadas, que não teve acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada (BRASIL, 2006). Esta modalidade de educação é regida por princípios fundamentais como: respeito à diversidade, flexibilidade de métodos e técnicas pedagógicas, vinculação entre a educação e trabalho, garantia de padrão de qualidade e equidade (UNESCO, 2016).

Na Educação em contexto dos privados de liberdade se insere dentro dessa modalidade, com o objetivo garantir o direito à educação dos indivíduos privados de liberdade, contribuindo para a sua reinserção social. Segundo Gadotti (2010), o acesso à educação pode contribuir significativamente para a ressocialização do indivíduo privado de liberdade. Moura (2013) ressalta que a EJA em contextos prisionais deve ser percebida como um direito humano fundamental e uma estratégia imprescindível na busca pela transformação social. Contudo, essa perspectiva esbarra em uma série de obstáculos que vão desde questões estruturais até culturais.

Para Freire (1996), a pedagogia empregada na EJA deve considerar as experiências prévias dos educandos ao mesmo tempo em que busca desenvolver habilidades fundamentais para o convívio social. Nesse sentido, Arroyo (2005) propõe o conceito de "currículo vivo", onde o conhecimento é construído a partir da realidade dos educandos. Porém, a prática educacional em contextos prisionais tem suas particularidades. Segundo Souza (2017), o desafio está em conciliar as normas de segurança às atividades pedagógicas, sem que isso prejudique o processo de ensino-aprendizagem.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é muitas vezes vista como uma segunda chance de educação para aqueles que, por algum motivo, não conseguiram concluir seus estudos na idade regular. A EJA tem uma perspectiva crítica e emancipatória, buscando não apenas transmitir conteúdos, mas também promover a autonomia e a cidadania dos educandos (HADDAD, 2000).

No contexto dos privados de liberdade, a educação assume um papel ainda mais relevante. Ela se torna uma ferramenta para a ressocialização e reinserção social desses indivíduos. Entretanto, essa tarefa não é simples. As condições nas quais ocorre a educação prisional são complexas e desafiadoras. O ambiente prisional é dominado por uma cultura de violência e opressão, que contrasta fortemente com os valores promovidos pela educação (MORAES, 2006). Além disso, os educandos privados de liberdade são caracterizados por suas trajetórias de vida marcadas pela exclusão social e pelo baixo nível educacional. Assim, a EJA no contexto prisional exige uma abordagem pedagógica diferenciada que leve em conta essas especificidades (ARAÚJO, 2013; PAIVA, 1997).

De acordo com o estabelecido na Lei de Execução Penal (LEP, 1984), o apoio educacional incluirá tanto a educação formal quanto o treinamento profissionalizante para o detento e o internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Autores como Freire (1987) defendem uma pedagogia crítica voltada para a conscientização e emancipação dos indivíduos. Essa perspectiva é particularmente relevante no contexto prisional onde o sistema punitivo tende a reforçar as estruturas de poder existentes e a manter os indivíduos em uma posição de submissão.

Na busca por compreender a educação de jovens e adultos (EJA) no contexto dos privados de liberdade, é indispensável abordar o direito à educação. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a educação é um direito inalienável de todos os indivíduos, independentemente da situação em que se encontram. No Brasil, a Constituição Federal (1988) também estabelece o direito ao acesso à educação, reforçando que todos têm direito de aprender (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996) indica que a EJA deve ser oferecida aos que não tiveram acesso ou continuidade do ensino fundamental e médio na idade própria. A LDBEN ainda destaca que os sistemas de ensino devem proporcionar aos educandos condições para prosseguimento de estudos em caráter regular. Para Freire (2005), a EJA não deve ser vista apenas como uma segunda chance para aqueles que perderam a oportunidade na idade regular, mas como um direito do indivíduo ao conhecimento e ao desenvolvimento pessoal e social.

Em relação à educação no contexto prisional, o Plano Nacional de Educação em Prisões (BRASIL, 2009) prevê a oferta da EJA nas unidades prisionais como uma das estratégias para garantir o acesso à educação formal aos privados de liberdade. Este plano reafirma o compromisso do Estado com a garantia dos direitos humanos dentro do sistema prisional, incluindo o direito à educação. Entretanto, a efetivação da EJA nos presídios enfrenta diversos desafios, como a precariedade das instalações físicas, a falta de segurança para os professores e o preconceito da sociedade em relação ao público-alvo (SAMPAIO e LEITE, 2015). Além disso, é preciso considerar as especificidades do público prisional e suas necessidades educacionais (ARROYO, 2006).

As boas bases da Educação em prisões<sup>1</sup>, deve ir além do ensino formal e contribuir para a ressocialização dos indivíduos. Segundo Gadotti (2013), a EJA deve ser vista como uma pedagogia da inclusão social que possibilita o resgate da cidadania e a reinserção social dos sujeitos.

Os resultados obtidos na pesquisa sobre as bases conceituais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação no contexto dos privados de liberdade destacam a importância da educação enquanto meio de desenvolvimento pessoal e social. De acordo com Freire (1996), a educação é um ato político, que contribui para a formação crítica e consciente do sujeito, possibilitando-lhe compreender a realidade e atuar sobre ela. No contexto prisional, essa perspectiva é ainda mais relevante, uma vez que a educação pode ser uma estratégia efetiva para ressocialização.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação no contexto dos privados de liberdade têm sido temas de crescente interesse na pesquisa educacional. O estudo abordou as bases conceituais dessas formas de educação, visando entender como elas são implementadas e quais são seus desafios. Os resultados mostraram que ambas as modalidades educacionais compartilham muitos dos mesmos desafios, incluindo a falta de recursos, o estigma social e a falta de políticas públicas adequadas (FREIRE, 2005; GADOTTI, 2007).

A educação no contexto dos privados de liberdade é frequentemente vista como um meio para a ressocialização dos detentos (BITENCOURT, 2004). No entanto, os resultados do estudo indicam que essa abordagem também precisa ser revista. A educação no sistema prisional deve ser entendida não apenas como um meio para prevenir a reincidência criminal, mas também como um direito humano fundamental que deve ser garantido independentemente das circunstâncias (UNESCO, 2012).

A elaboração de orientações oficiais nacionais, estaduais e municipais no âmbito da educação são promovidas com o intuito de garantir o direito à educação a todos os brasileiros, visto a se tratar de um direito social. Tais documentos tendem a priorizar a diversidade local, não desconsiderando as orientações no contexto nacional, mas tendo-as como diretrizes comuns. É necessário ressaltar a importância do currículo e o direcionamento das práticas de ensino pautada em uma perspectiva de organização do trabalho pedagógico. Segundo Libâneo (2008 p. 168): “Enquanto projeção do projeto pedagógico, o currículo define o que ensinar, o para que ensinar, o como ensinar e as formas de avaliação em estreita colaboração com a didática”.

<sup>1</sup> Resolução CNE/CEB nº02, de 19 de maio de 2010. [http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias\\_112877938/secad\\_educacao-continuada-223369541/17460-educacao-em-prisoas-novo](http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias_112877938/secad_educacao-continuada-223369541/17460-educacao-em-prisoas-novo) e Resolução do CNPCP N° 3, de 11 de março de 2009 <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2009/resolucao-no-3-de-11-de-marco-de-2009.pdf>

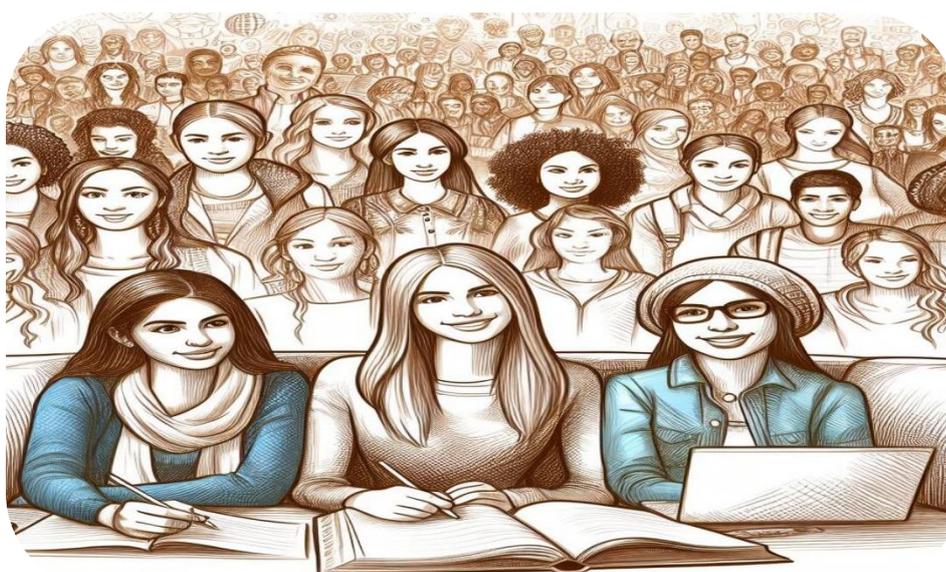
Nesse sentido, os resultados do estudo têm implicações importantes para a prática educacional. Eles sugerem que é necessário repensar a forma como a EJA e a educação no contexto dos privados de liberdade são implementadas, com ênfase na garantia dos direitos dos(as) estudantes e no desenvolvimento de métodos pedagógicos adequados. Essa abordagem pode contribuir para superar os desafios enfrentados por estas formas de educação e melhorar sua eficácia (Arroyo, 2008).

Como argumentado por Soares (2008), a EJA não deve ser vista apenas como uma segunda chance para aqueles que perderam oportunidades educacionais anteriores, mas como um direito humano fundamental. Da mesma forma, a educação no contexto dos privados de liberdade é um meio importante de reintegração social e diminuição da reincidência (Silva, 2017). Assim, a identificação das boas práticas na EJA tem implicações significativas para a promoção dos direitos humanos e da justiça social.

Na perspectiva ocidental, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 1948, representa um divisor de águas na luta contra a opressão e a discriminação. Ao afirmar a igualdade e a dignidade de todas as pessoas, este documento histórico reconhece que os direitos e liberdades fundamentais são elementos essenciais para relações equitativas e para assegurar uma existência digna para todos. Este marco jurídico internacional é um lembrete constante da necessidade de promover e proteger os direitos humanos universais em todas as sociedades.

Portanto, a Educação, por sua vez, é reconhecida como um direito social pelo artigo 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988, estabelecendo um marco importante para a garantia do direito à Educação em ambientes prisionais, enfatizando a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (BRASIL, 1988). Em consonância com os princípios constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 garante aos jovens e adultos o direito a uma Educação regular que seja adaptada às suas necessidades e possibilidades (BRASIL, 1996). o que implica uma obrigação do Estado em assegurar esse direito a todos os cidadãos.

Ao revisitar a trajetória da Educação em ambientes prisionais no Brasil, observa-se que, apesar de existirem iniciativas isoladas em diversos estados por várias décadas, é somente após 2005 que se nota um desenvolvimento mais consistente e estruturado nesse campo. Julião (2013)



A instituição educacional situada na penitenciária enfrenta o desafio de oferecer aos(as) internos(as) a chance de se educarem através de uma abordagem que humaniza, emancipa e serve como uma ação política, social e histórica, contribuindo para a nova significação de suas vidas e incentivando a criação de projetos pessoais e coletivos. Onofre (2007), a escola é imprescindível no processo de ressocialização.

Com essa perspectiva, a autora sugere que o projeto político-pedagógico deve direcionar uma abordagem educacional inclusiva e diversificada, que respeite as diferentes visões de mundo e experiências humanas dos indivíduos no sistema prisional. Essa proposta deve facilitar o desenvolvimento do conhecimento necessário para que os detentos possam se recuperar e se reintegrar à sociedade, além de promover a transformação de suas atitudes e a redefinição de seus anseios e papéis sociais, baseados em um projeto de vida.



A pesquisa revelou uma correlação positiva entre o grau de escolaridade dos(as) detentos(a) e suas perspectivas futuras: quanto mais elevado o nível de educação, melhores são as chances de reinserção na sociedade após a libertação (Menezes et al., 2018). Este resultado está em consonância com estudos anteriores realizados por Nascimento (2016), que mostraram que a EJA contribui para reduzir as taxas de reincidência criminal.

[...] que se inicia no Brasil encaminhamentos para implementação de uma política propriamente nacional, quando os Ministérios da Educação e da Justiça iniciaram uma proposta de articulação para implementação de Programa Nacional de Educação no Sistema Penitenciário, formulando as suas diretrizes (p. 15)

Há uma perspectiva de progresso no cumprimento do direito à Educação em ambientes prisionais, apoiada por uma série de normativas legais que estabelecem deveres e métodos para possibilitar a oferta de ensino nesses locais. Essa evolução é impulsionada pelas Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos em Condições de Restrição de Liberdade nos Estabelecimentos Penais (BRASIL, 2010), pelo Plano Estratégico de Educação no contexto do Sistema Prisional (Peesp) (BRASIL, 2011a), e pela alteração na legislação promovida pela Lei nº 12.433/2011, que modifica a Lei de Execução Penal (LEP), reconhecendo a Educação como elemento para a redução do período da pena condenatória.

A inserção de jovens e adultos no sistema educacional formal, dentro do ambiente prisional, demanda uma análise que vá além das características gerais das diretrizes educacionais. É essencial considerar as particularidades de cada indivíduo, que incluem aspectos sociais, culturais, de gênero, raça, etnia, religião e idade. Apesar de tais direitos estarem garantidos nas legislações vigentes, a efetivação dessa inclusão representa um desafio constante, conforme apontado por Julião em seus estudos de 2013 e 2016.

“A educação em espaços de privação de liberdade apresenta-se como um fenômeno complexo, uma vez que o contexto prisional se revela singular, mas, ao mesmo tempo, semelhante aos outros espaços educativos.” (JULIÃO, p.54,2013).

Timothy, Maeyer e Julião discutem as concepções de Educação Prisional com um enfoque na reinserção social dos detentos. Eles argumentam que a educação é uma ferramenta poderosa que pode transformar vidas e oferecer novas oportunidades para aqueles que estão cumprindo penas. Através de programas educacionais estruturados, os prisioneiros podem adquirir habilidades e conhecimentos que serão valiosos tanto dentro quanto fora das instalações prisionais.

Conforme FREIRE (1979), ressalta:

“A educação é uma resposta da infinidade. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto o leva à sua perfeição. A educação portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.” (FREIRE, 1979, p.14)





## 2 OS FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DAS BOAS PRÁTICAS NA INCLUSÃO DA DIVERSIDADE

Os objetivos da pesquisa, consistiam em conhecer e divulgar as estratégias utilizadas pelos(as) professores na sala de aula que conseguisse atingir resultados dentro e fora dos muros. Essas experiências bem-sucedidas foram identificadas, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, a educação é percebida como um instrumento fundamental para a inclusão social e a ressocialização do indivíduo.

Segundo Bechara “a noção etimológica do termo Ressocialização readquire um aberto campo semântico: reabilitação, recuperação, readaptação, reinserção, entre outros léxicos correlatos” (BECHARA, 2004, p. 403).

Buscou examinar as metodologias empregadas pelos professores e como suas ações práticas são orientadas no ambiente escolar diário. Nosso objetivo foi refletir sobre as abordagens metodológicas dos educadores no contexto escolar, com foco no currículo escolar.

Essa prática da inclusão da diversidade tem fundamentos baseados na valorização da diferença como um aspecto fundamental da identidade humana, no reconhecimento do direito à igualdade e oportunidades para todos os indivíduos independentemente de suas características pessoais, e na promoção de uma cultura de respeito e diálogo que permita a construção coletiva das diferenças. Baseadas em concepções teóricas críticas sobre educação, sociedade e política que buscam superar as estruturas hierárquicas e excludentes presentes nas instituições sociais.

Este capítulo, está fundamentado em pressupostos teóricos, que organizam alguns aspectos da teoria das interações socioculturais, ressaltando o papel crucial do professor nesta abordagem com as(os) estudantes da EJA. Nesta direção, os autores que enriquecerão os estudos neste capítulo incluem Jonh Dewey; Vygotsky (1995); (SAVIANI, 2008, p.144); CARVALHO (citado por ROSSETTI-FERREIRA et al, 2012); Zabalza (2009 - p.76); (GOMEZ, 1998, p. 62).

## 2.1 O QUE DIFERE AS BOAS PRÁTICAS DE OUTRAS PRÁTICAS

De acordo com os dados coletados, os professores relataram uma melhoria na interação entre os alunos e um aumento na participação em sala de aula após a implementação das boas práticas. Esses resultados estão alinhados com as pesquisas atuais na área que indicam que abordagens pedagógicas dinâmicas e interativas podem facilitar o processo de aprendizado (Hannafin & Land, 1997; Mayer, 2002).

Ademais, conforme apontado por Tardif (2012), toda prática educativa deve estar embasada numa reflexão contínua sobre a realidade do(a) estudante. Através das boas práticas é possível obter um entendimento mais profundo da realidade dos(as) estudantes e adequar o conteúdo às suas necessidades específicas.



## A INTERAÇÃO

Ao estudar a filosofia deweyana que propõe uma prática docente que valoriza a liberdade do(a) estudante para construir seus próprios conhecimentos, certezas e regras morais é possível instigar a criatividade e autonomia, enquanto se mantém importante papel do currículo e saberes do educador. Para John Dewey, o professor não deve impor respostas ou soluções prontas aos(as) estudantes, mas apresentar conteúdos escolares na forma de questões ou problemas e utilizar procedimentos que incentivem o raciocínio e a elaboração conceitual dos estudantes. Dessa maneira:

Na visão deweyana, a educação é um processo de constante reconstrução da experiência, com o objetivo de dar-lhe cada vez mais sentido e capacitar as novas gerações para enfrentar os desafios que surgem na sociedade. Dewey acreditava que a educação deve estar conectada à realidade e promover uma formação integral do indivíduo, tornando-o capaz de participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



Uma importante contribuição é a progressão das funções psicológicas superiores. Vygotsky (1995) esclareceu que a conexão entre o indivíduo e o objeto ocorre por meio da mediação. De acordo com este autor, o surgimento dessas funções está vinculado aos estímulos do ambiente que permeiam as vivências do indivíduo desde o seu nascimento. Dessa forma, as funções psicológicas evoluem de naturais para culturais quando mediadas. O indivíduo, através da mediação do outro, transforma as relações sociais em funções psicológicas, que passam a operar como características intrínsecas de sua personalidade.

## A ESTRUTURAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO E A FUNÇÃO DO EDUCADOR

É fundamental discutir a relevância da interação social no processo de aprendizagem e crescimento do indivíduo. Isso implica em abordar a estruturação do trabalho pedagógico na sala de aula, considerando os períodos e os ambientes de aprendizagem do(a) estudante. Autores trazem perspectivas valiosas sobre a organização do tempo e do espaço na EJA, destacando importância desses aspectos para a aprendizagem efetiva.

Freire argumenta que a educação deve promover a liberdade; quanto mais os(as) estudantes são desafiados como seres no mundo, mais se reconhece que “não existe conhecimento maior ou menor; existem conhecimentos diferentes” (FREIRE, 2013, p. 49). O processo educacional ocorre na interação entre professor e estudante. O papel do professor é revelar ao aluno que ele já possui uma variedade de conhecimentos provenientes de suas experiências. Além disso, o professor tem a responsabilidade de ajudar na estruturação desses conhecimentos, conectando os conhecimentos que o aluno traz consigo aos conhecimentos escolares.

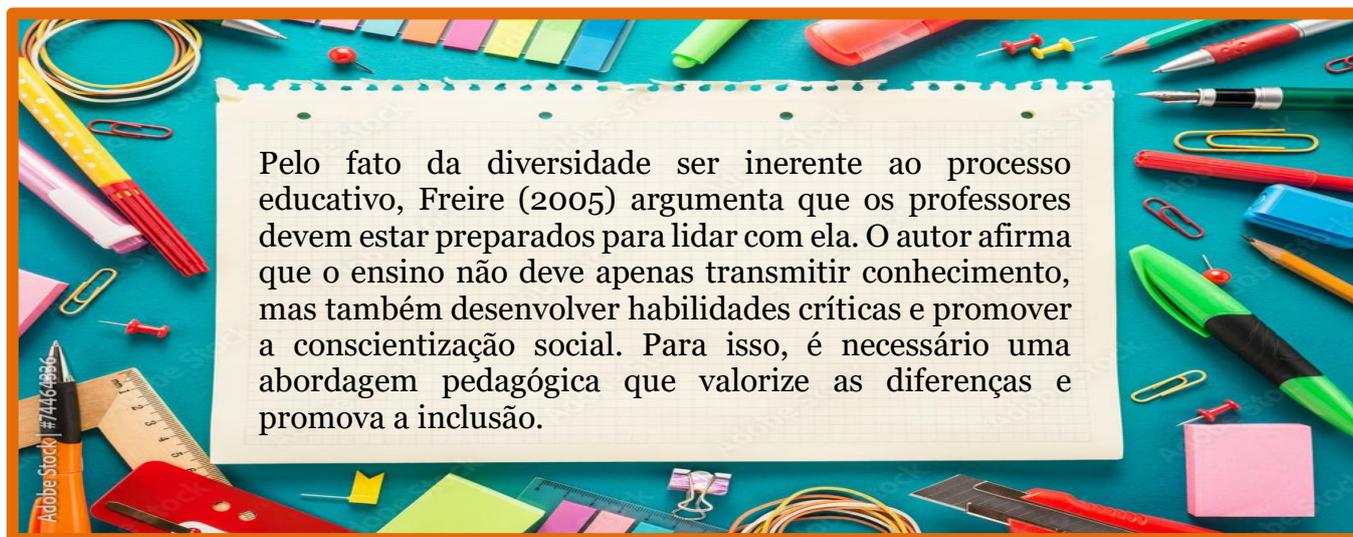
O espaço educativo deve provocar novos desafios à vida do aluno. Dessa forma a organização curricular deve ter um contorno mais flexível, fazendo um acompanhamento que vá além da mera assistência das aulas. Ao contrário, necessita buscar proporcionar novas práticas, que busque conhecimentos e saberes entre o próprio grupo, respeitando seus conhecimentos.

Tal proposta pedagógica se pauta na dimensão compreensiva da aprendizagem, em que o aluno, ao confrontar sua experiência com o trabalho escolar, busca reconstruir sua experiência, suas concepções, seus valores. Essa ideia segue orientada pela proposta defendida por Gómez e busca utilizar pedagogicamente a potencialidade das “disciplinas e da cultura pública para, mediante um processo de diálogo e negociação, provocar a reconstrução das pré-concepções do aluno a partir do conhecimento de seu estado de desenvolvimento, suas preocupações e seus propósitos” (GOMEZ, 1998, p. 62). O objetivo não é a aquisição da cultura adulta, mas a reconstrução, em alguma medida sempre incerta, das pré-concepções do aluno.

O desafio é o professor implementar reais transformações nas práticas educacionais, Zabalza (2009 - p.76), numa coreografia "organizar um processo complexo de oportunidades diferenciadas de aprendizagem profunda e acompanhar o itinerário pessoal que cada um dos estudantes segue nesse processo".



De acordo com Morin (2000), uma educação voltada para o século XXI deve priorizar a compreensão do outro em sua complexidade e diversidade. Sob esse enfoque, é fundamental que as práticas pedagógicas adotadas na EJA estejam alinhadas com princípios inclusivos e emancipatórios. Assim sendo, é imprescindível analisar os processos de ensino-aprendizagem nesse segmento da educação básica à luz das teorias sobre inclusão da diversidade.



A educação é um meio pelo qual os indivíduos aprendem e adotam comportamentos e normas sociais. Envolvendo a transmissão de valores, costumes e hábitos de uma geração para outra, permitindo que os indivíduos se integrem e funcionem dentro de sua comunidade:

A educação é ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparados para vida social. (DURKHEIN, 1975, pag.41).

Desta forma a educação desempenha um papel transformador em diversas esferas da atividade humana, incluindo o ambiente escolar. Para aqueles em situação de encarceramento, o engajamento com processos educativos pode ser um meio de redescobrir sua humanidade e reavaliar princípios éticos, morais e sociais. Além disso, é por meio da educação que podem reformular seu pensamento e comportamento na sociedade, permitindo que as práticas pedagógicas se tornem um vetor para a produção de trabalho e a estratégia de mudança pessoal.



## O CONHECIMENTO

O produto do conhecimento é um elemento crucial na promoção do progresso e do desenvolvimento humano. Ele representa a aplicação prática e efetiva do conhecimento para criar valor e melhorar a qualidade de vida. Como tal, a criação do produto do conhecimento deve ser uma prioridade para as Boas práticas.

Envolve várias etapas. Primeiro, a atenção com o conhecimento oriundo do diálogo, da interação entre quem aprende e quem ensina. Segundo o conhecimento deve ser adquirido através da aprendizagem e da experiência. Uma vez adquirido, o conhecimento deve ser processado e compreendido. Isso envolve a análise e a interpretação do conhecimento, a identificação de padrões e tendências, e a formação de novas ideias. Finalmente, o conhecimento deve ser aplicado de forma prática para criar o produto do conhecimento.



O conceito de conhecimento prévio, conforme definido por Ausubel, Novak e Hanesian (1980), é identificado como declarativo. De acordo com Novak e Gowin (1996), esse tipo de conhecimento ou consciência se refere a um objeto, situação ou ideia específica. No entanto, presume-se que exista uma variedade de outros conhecimentos, tanto afetivos quanto contextuais, que também formam a estrutura cognitiva inicial do aluno em processo de aprendizagem.

O conhecimento é um recurso inestimável que impulsiona a inovação, o progresso e o desenvolvimento humano. No entanto, o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas, um meio para alcançar um fim. O produto do conhecimento, portanto, é a aplicação prática e efetiva desse conhecimento para resolver problemas, criar inovações e melhorar a qualidade de vida.

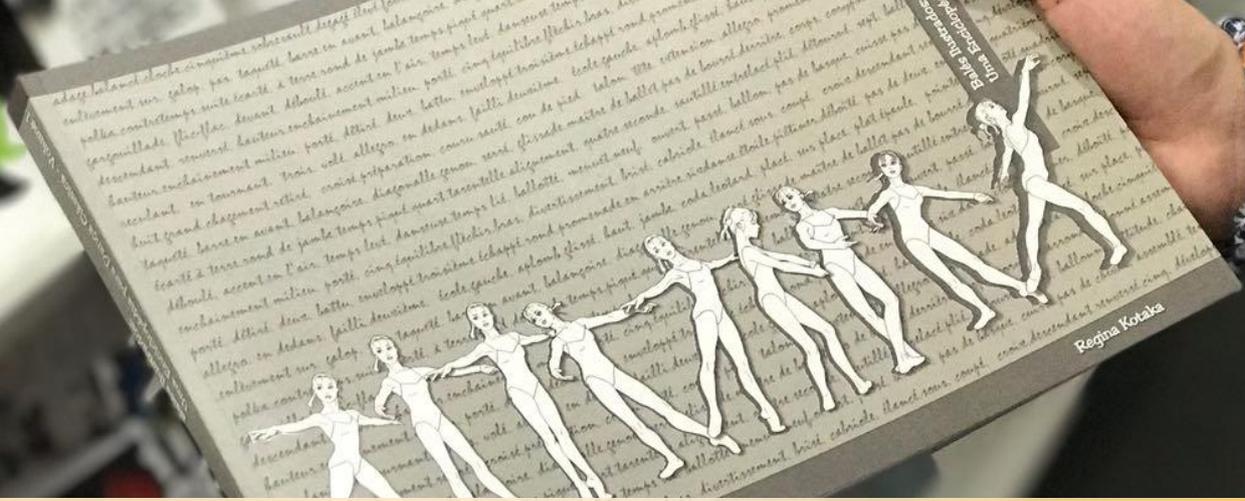
## AÇÃO EDUCATIVA

Os professores devem utilizar diversas metodologias que podem ser aplicadas em diferentes situações e a partir das dificuldades dos estudantes. Observando como o(a) estudante aprende o novo conhecimento, orientando-o(a), para novas etapas da aprendizagem que necessitem adquirir novos conhecimentos.

Neste sentido podemos compreender a implantação de ações a serem desenvolvidas nas escolas pelos (as) professores, fazem parte de um direcionamento as discussões com diferentes interlocutores, levando ao desenvolvimento de metodologias que atendam as especificidades da EJA, sem deixar cumprir a garantia do acesso ao conhecimento construído pela humanidade, necessários para a vida social, buscando a criatividade e a visão crítica permanente, construindo relações baseadas em solidariedade emancipatória como afirma, Souza (2004), em coro com Paulo Freire. A humanização em processo de inacabamento é, portanto, o primeiro e mais importante fundamento da educação e da EJA, a educação escolar de pessoas jovens e adultas.



Nesse processo de construção é importante conduzir e proporcionar aos sujeitos (professores e estudantes) a possibilidade de se reconhecer, interagir, refletir e até modificar a si e o meio em que vivem ao passo que sua criticidade pode ser construída e/ou ampliada, ao oferecer um contexto de aprendizagem que considere o crescimento humano como processo educativo, mas também para “criar novas disposições mentais no ser humano, capazes de inseri-lo melhor em seu contexto histórico-cultural” como já afirmava (FREIRE, 1998). Em sua pedagogia da autonomia.



### 3 ORIENTAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DAS COREOGRAFIAS DIDÁTICAS CONSIDERANDO AS BOAS PRÁTICAS

Os resultados obtidos indicam que a utilização das boas práticas colabora na elaboração das coreografias didáticas podem trazer benefícios significativos para o processo de ensino-aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos. Além disso, a pesquisa revelou que a valorização das experiências exitosas dos(as) educadores é uma estratégia importante para promover a troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais da área, contribuindo para o enriquecimento das práticas pedagógicas.

Através da análise das estratégias pedagógicas utilizadas no ambiente educacional desafiador, identificamos elementos que contribuíram para uma aprendizagem significativa e emancipatória. Esta análise pode prover subsídios valiosos para educadores, políticos e outros tomadores de decisão envolvidos na formulação e implementação de políticas educacionais destinadas à EJA e a população privada de liberdade.

A construção das coreografias didáticas é um processo que requer um compromisso com a aprendizagem significativa dos(as) estudantes. Segundo Freire (1996), “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem” (p. 73). Esse pensamento reforça a necessidade de uma prática pedagógica voltada para o respeito e valorização do aluno enquanto sujeito ativo no processo educacional.

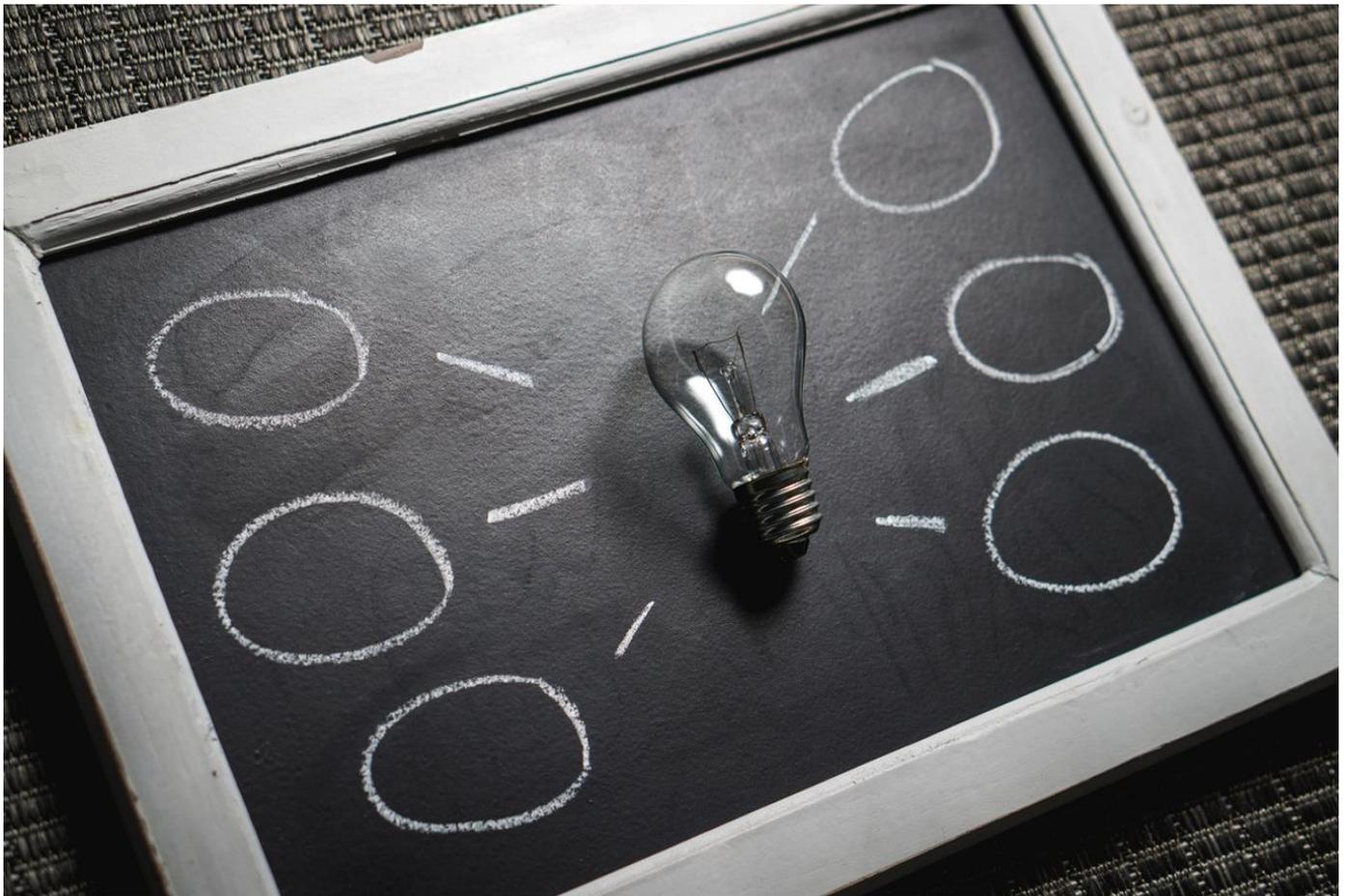
Baseia-se na ideia de que o ensino não deve ser estático, mas sim fluido e adaptável às necessidades dos estudantes (PEREIRA, 2019). Na EJA, essa abordagem assume uma importância ainda maior, uma vez que os(as) estudantes muitas vezes trazem experiências e conhecimentos prévios que podem ser integrados ao processo de ensino-aprendizagem (MOURA, 2012).

Silva et al. (2020) destacam que a coreografia didática deve ser planejada com base nas boas práticas para a EJA. Entre essas práticas estão a valorização do conhecimento prévio do aluno, o estímulo à participação ativa no processo de aprendizagem e a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo.

A construção das coreografias didáticas na EJA deve ser orientada por uma abordagem pedagógica crítica e inclusiva, que valorize as experiências e realidades dos(as) estudantes. Além disso, o uso efetivo das tecnologias digitais pode enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e torná-lo mais relevante para os jovens e adultos do século XXI.

Silva (2015) também reforça a necessidade de educadores estarem bem versados em boas práticas pedagógicas ao lidar com jovens e adultos. De acordo com o autor, uma dessas boas práticas inclui a construção das coreografias didáticas, uma vez que elas proporcionam aos estudantes um ambiente interativo que favorece o engajamento e facilita o processo de ensino-aprendizagem.

É fundamental o conhecimento do perfil do(a) estudante da EJA e de como é consolidada a aprendizagem em seus diferentes ambientes, para muitos professores, lidar com diferentes níveis cronológicos e mentais é angustiante. Levando-o a um grande dilema, como articular o currículo levando em consideração as teorias de aprendizagens?

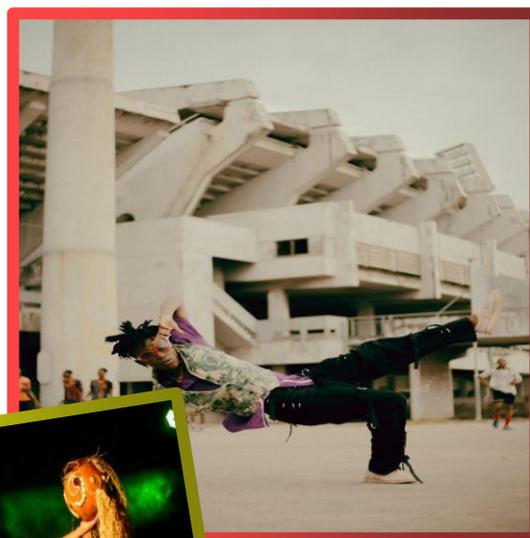


Em relação às implicações dos achados, eles reforçam a relevância do planejamento pedagógico e da formação docente na EJA. A construção de coreografias didáticas adequadas pode contribuir para a superação dos desafios enfrentados nesse campo educacional, conforme discutido por Arroyo (2005). Portanto, é fundamental que os(as) professores(as) sejam capacitados para desenvolver estratégias pedagógicas que favoreçam o ensino e a aprendizagem dos alunos da EJA.

### 3.1 Planejamento Didático embasado nas Boas Práticas

A orientação de planejamento que oferecemos, delinea de maneira abrangente as etapas teóricas e metodológicas para a elaboração da ação educativa, fundamentada nas Boas Práticas. Isso evidencia o aspecto interdisciplinar e o princípio da totalidade e contextualização, o que facilita a análise de um único conteúdo em suas múltiplas resoluções, investigado por diversas áreas do saber.

A materialização do trabalho adotou as três fases do método dialético uma abordagem que se caracteriza pelo uso da discussão, argumentação e provocação, as quais englobam as observações da pesquisa e a utilização das coreografias didáticas utilizadas pelos professores(as) descritas por Zabalza (2006) que interpreta como “coreografia didática”, à ideia de coreografia na dança, enfatiza que as coreografias didáticas podem ser uma ferramenta eficaz para enfrentar os desafios contemporâneos na educação, descritas aqui em cinco estratégias.





Na ação educativa, encontramos na nossa pesquisa as coreografias didáticas, pensadas através de um planejamento com objetivos e metas, considerando os conteúdos explorados e sua correlação com as questões sociais, de inclusão e o respeito a diversidade, seguindo as etapas:



**Análise dos Conteúdos Explorados:**

Revisite os conteúdos que foram abordados. Identifique os tópicos relevantes relacionados às questões sociais. Isso pode incluir conceitos, teorias, dados estatísticos, etc.

**Identificação das Questões Sociais:**

Liste as questões sociais que você deseja abordar. Isso pode envolver temas como desigualdade, inclusão, meio ambiente, saúde, educação, entre outros.



**Definição de Objetivos:**

Com base nos conteúdos explorados e nas questões sociais, estabelecendo objetivos claros. O que você pretende alcançar?  
 Sensibilizar os alunos sobre a importância dos tema/conteúdo.  
 Transforme os objetivos em metas específicas e mensuráveis. Realizar uma campanha de conscientização  
 Realizar debates em sala de aula sobre diversidade e inclusão.  
 Criar um projeto colaborativo para resolver um problema social local.  
 Promover a empatia em relação aos grupos marginalizados.  
 Desenvolver habilidades de resolução de conflitos.

**Detalhe das ações necessárias para atingir as metas:**

Atividades específicas (palestras, workshops, projetos, etc.).  
 Recursos necessários (materiais, tempo, pessoas envolvidas).  
 Cronograma (datas de início e conclusão).

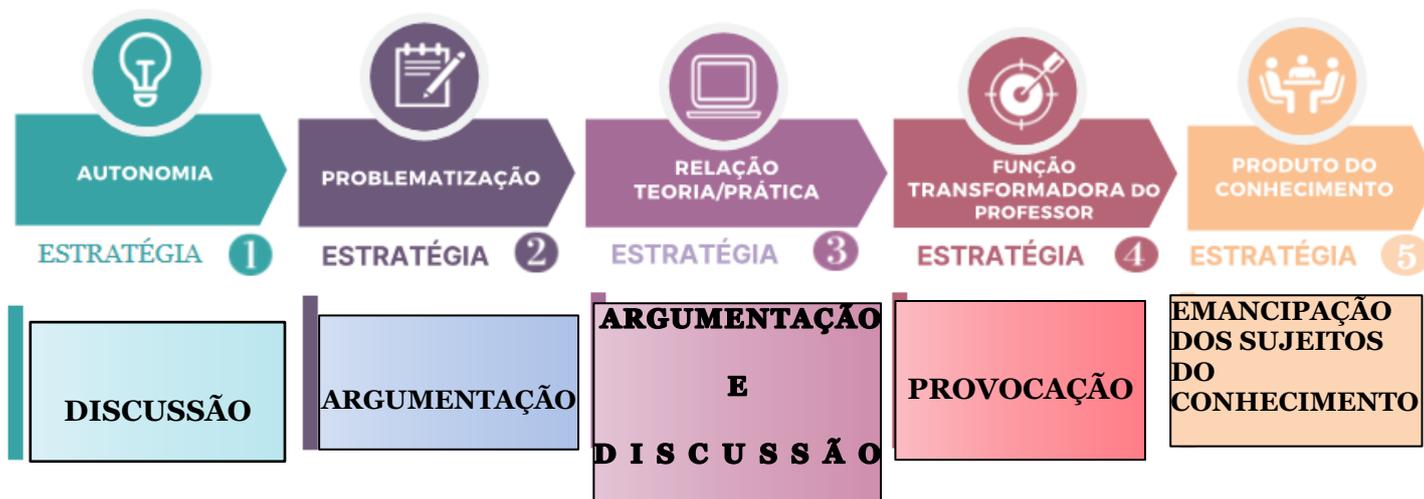


**Avaliação Contínua:**

Monitore o progresso regularmente.  
 Avalie se as ações estão contribuindo para os objetivos e faça ajustes conforme necessário.  
 Análise, a reciprocidade da construção do conhecimento.

### 3.2 Ação educativa em 5 estratégias de inclusão da diversidade que evidenciam as boas práticas.

Ressaltamos a importância de políticas educacionais que incentivem o uso de metodologias, como as coreografias didáticas, na educação de jovens e adultos. Conforme Santos (2017), é necessário que haja uma mudança de paradigma na educação, no sentido de valorizar mais as práticas pedagógicas inovadoras e criativas.



É essencial que existam conteúdos estruturantes fundamentais, os quais devam ser compreensíveis para todas as escolas. Esses conteúdos constituem o princípio organizador de um trabalho mais abrangente, em torno do qual se concentram as diversas atividades.

Os resultados obtidos no presente estudo destacaram a relevância da orientação para a construção das coreografias didáticas na educação de jovens e adultos (EJA), corroborando com as afirmações de Freire (2016) que enfatiza a importância da pedagogia crítica e emancipatória para essa população. Nesse sentido, foi possível perceber que as boas práticas educativas são fundamentais para promover um processo de ensino e aprendizagem que seja significativo e eficaz.

Através das observações, entrevistas e registros destacamos que as boas práticas na construção das coreografias didáticas envolvem uma série de elementos, incluindo a consideração das características dos(as) estudantes, a adequação do conteúdo à realidade dos(as) estudantes, a inclusão de elementos lúdicos e criativos e a utilização da dança como instrumento de ensino. Esses fatores foram encontrados em todas as práticas bem-sucedidas analisadas neste estudo, que separamos em cinco estratégias utilizadas que contextualizam a ação educativa.

# 1ª ESTRATÉGIA

## AUTONOMIA



Alguns princípios freirianos orientam os educadores a criarem práticas pedagógicas que sejam mais do que transmissão de conteúdo, mas sim experiências significativas de aprendizado que preparem os(as) estudantes para serem agentes de mudança em suas próprias vidas e na sociedade. Paulo Freire afirma, em sua obra *Pedagogia da autonomia* (1996), que ensinar exige segurança e competência profissional, assim como rigorosidade metódica, tanto no estímulo da capacidade crítica do aluno, quanto no ensino de conteúdos e atitudes éticas.

Baseando-se neste contexto dos(as) estudantes sobre o conteúdo em estudo, estabelece-se as tempestades de ideias para a assimilação de novas informações até conseguir alcançar um patamar mais elevado de entendimento, onde o(as) estudantes apliquem seus saberes e conhecimentos para atuar e contribuir na sociedade, transcendendo até mesmo as fronteiras da instituição educacional e prisional.

### Projeto de Arte - TÉCNICA DE QUILLING



# AUTONOMIA

## AÇÕES EDUCATIVAS NAS BOAS PRÁTICAS



### DO(A) PROFESSOR(A)

- Relacionar a construção do conhecimento com o conteúdo as dimensões (histórica, sociais, econômicas, políticas, religiosas, éticas, etc.).
- Fazer alguns questionamentos e intervenções, com auxílio de suportes.
- Identificar o que os estudantes gostariam de saber a mais acerca dos conteúdos explorados.
- Definir o conteúdo empírico a ser explorado.
- Lidar com situações que lhes sejam familiares e que apresentem temas do interesse dos(as) estudantes.



### DO(A) ESTUDANTE

- Evidenciam seu estado de desenvolvimento, suas concepções, vivências, percepções e os conceitos próximos ou remotos acerca do conteúdo explorado.
- Breve parágrafo justificando suas escolhas.
- Reflitam individualmente sobre suas estratégias.



### EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO

- O conhecimento descrito no objetivo do conteúdo planejado deverá ser conceituado pelo(a) professor(a) e pelo (a) estudante.
- As etapas do conteúdo a ser explorado devem ser descritas conforme o conceito científico.
- Comparativo entre as percepções iniciais e o conhecimento científico.

### MULTIDIRECIONAMENTO DO CONHECIMENTO

- Apropriação do conteúdo por diversos olhares e seu uso social.
- Registro das abordagens científicas e empíricas.
- Contribuição para o aprendizado coletivo.



## 2ª ESTRATÉGIA

# PROBLEMATIZAÇÃO



A problematização é uma abordagem que vai além da simples transmissão de conhecimentos. Ela se apresenta como um agente de transformação, observando a realidade em si e promovendo resultados sociais.

Vamos explorar essa estratégia que pode ser aplicada no contexto da ação educativa, começa com a identificação do que os(as) estudantes já sabem e o que ainda precisam aprender sobre um determinado tema, envolve a pesquisa qualitativa, incluindo educadores(as), educandos(as) e o contexto local. Seleciona-se conhecimentos, com dificuldades, desordens ou incoerências, para análise. Os conteúdos são construídos de forma interdisciplinar, contextualizados na realidade.

O planejamento das ações pedagógicas deve abordar diversas dimensões (conceitual, histórica, social, política, filosófica e outras). Problematizando e explorando situações reais, o conhecimento científico, sistematizado, passa a ter maior significado para os(as) estudantes. Possibilitando o processo interdisciplinar de construção do conhecimento.

Envolve uma abordagem ativa e crítica para a construção do conhecimento. Ela incentiva os(as) estudantes a questionar, investigar, refletir e aplicar o que aprenderam, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Situação didática - contextualizando habilidades dia da mulher

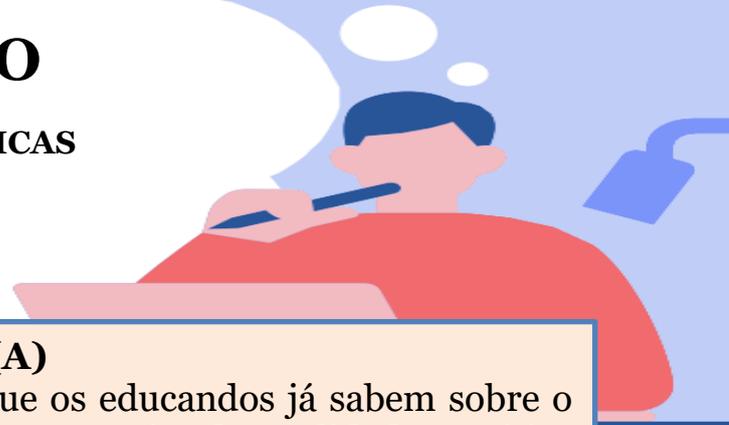


# PROBLEMATIZAÇÃO

## ACÇÕES EDUCATIVAS NAS BOAS PRÁTICAS

### DO(A) PROFESSOR(A)

- Conversar sobre o que os educandos já sabem sobre o conteúdo explorado: perspectiva da totalidade empírica
- Descrever o que deve ser levado em consideração no momento de apresentação do conteúdo, que explore a prática social e o conhecimento científico do educando.
- Identificar o que os estudantes gostariam de saber a mais acerca dos conteúdos explorados.
- Definir a pertinência/relevância das dimensões de acordo com o conteúdo com a turma e com os objetivos, com o intuito de ampliar à aprendizagem do educando.



### DO(A) ESTUDANTE

- Relacionar os conteúdos formais e estáticos em questões dinâmicas.
- Ampliar o conceito sobre o conteúdo estudado.
- Adquirir um sentimento de pertencimento ao explorar o que está sendo apresentado.



designed by freepik

### EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO

- Registro dos conflitos aprendido entre os dois conhecimentos empírico e científico.



### MULTIDIRECIONAMENTO DO CONHECIMENTO

- Encontrar soluções para a resolução de situações problematizadoras.
- A teorização ajuda a compreender o problema em um contexto mais amplo.



## 3ª ESTRATÉGIA

# RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA



Na prática dos professores, diversas características emergem nessa complexa rede de relações: o conhecimento, a instituição na qual estão inseridos, a coletividade, os(as) estudantes, a estrutura escolar, as dinâmicas de trabalho, as políticas educacionais vigentes e o contexto histórico atual. Uma articulação clara entre todos esses elementos pode se configurar como uma possibilidade para uma postura reflexiva dinamizada pela práxis, compreendida como “uma reflexão em função da ação” (FRIGOTTO, 1994, p. 81).

Nesta etapa observamos uma relação em que os(as) estudantes foram conduzidos a serem autônomos, onde o conhecimento não foi apenas transmitido, mas construído coletivamente entre professores(as) e estudantes. Em um envolvimento com a reflexão Crítica conectadas com as realidades vividas por eles, a pesquisa-ação com novas abordagens em sala de aula, ajustando-as conforme a necessidade para melhor atendê-los e o diálogo com estudantes onde possam expressar suas opiniões e experiências, contribuindo para o aprimoramento da ação pedagógica.

Criando um ambiente de aprendizado dinâmico e relevante, onde o conhecimento não é apenas transmitido, mas construído coletivamente entre professores e alunos. <sup>2</sup>

A prática educacional eficaz requer que os professores estejam em constante processo de reflexão crítica, buscando alinhar a teoria com a prática.



Projeto Corpo & Movimento

<sup>2</sup> Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC)

# RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA

## AÇÕES EDUCATIVAS NAS BOAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS

### DO(A) PROFESSOR(A)

- Elencar os conteúdos a serem explorados e seus respectivos objetivos: Geral e Específicos
- Utilizar estratégias didáticas para enriquecer o processo de reelaboração de conceitos, ou desconstrução de conceitos baseados no senso comum, por conceitos científicos, a partir de questionamentos, explicações mais claras, retomadas de conteúdos mais complexos, em uma ação interativa entre professor e educados acerca dos conteúdos explorados.
- Confrontar o saber empírico com o saber científico.

### DO(A) ESTUDANTE

- Entender as questões sociais postas na fase da problematização.
- Produção textual, arguições orais e escritas da compreensão acerca dos conteúdos estudados.
- Constroem significados a partir das experiências compartilhadas, das histórias pessoais e das relações interpessoais.

### EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO

- Avaliação constante do objeto do conhecimento, ajustando e melhorando os objetivos elencados e se foram atingidos.

### MULTIDIRECIONAMENTO DO CONHECIMENTO

- O conhecimento é aplicado na sala de aula e em outras atividades educacionais.

## 4<sup>a</sup> ESTRATÉGIA



# FUNÇÃO TRANSFORMADORA DO PROFESSOR

O(a) professor(a), desempenha um papel de extrema importância na condução dessa dança, adequando o tempo, o espaço a sua função de educador, ao realizar trocas significativas como: interações sociais, compartilhamento de informações, desenvolvendo a expressão de afetividade e troca de ideias. Ele é o catalisador da transformação, o guardião das oportunidades e o construindo seu próprio futuro.

No presente estudo, percebeu-se uma forte correlação entre esse desenvolvimento e os resultados obtidos, visto que as coreografias didáticas propostas demonstraram ser mais efetivas quando consideravam o contexto sociocultural dos(as) estudantes, levando-os(as) a construir um mundo mais consciente e crítico.

Tornando legítimo a construção do saber, “(...) um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder” (FOUCAULT, 1977, p. 166). Sobrepondo o caráter disciplinar da escola.

Interações, compartilhamento de informações, desenvolvendo a expressão de afetividade e troca de ideias - Atividade Carnaval



# FUNÇÃO TRANSFORMADORA DO PROFESSOR

ACÇÕES EDUCATIVAS NAS BOAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS



## DO(A) PROFESSOR(A)

- Identificar problemas mais relevantes oriundos da prática social e dos conteúdos.
- Explorar os recursos humanos e materiais necessários para consolidação do processo educativo.
- Experimentar situações reais que interferem com os conteúdos explorados e que devem ser levados em consideração a aprendizagem.



## DO(A) ESTUDANTE

- Aprende o conceito, as dimensões da relação entre os saberes



designed by freepik

## EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO

- Apresentação dos registros e evoluções do conhecimento.
- Pensar criticamente sobre os conteúdos, questionar e analisar diferentes perspectivas.



## MULTIDIRECIONAMENTO DO CONHECIMENTO

- Resolver questões do cotidiano utilizando o novo conhecimento adquirido.



## 5ª ESTRATÉGIA



# PRODUTO DO CONHECIMENTO

O ato do conhecimento transcende a mera aquisição de informações. É uma dança, um diálogo entre o sujeito e o objeto, entre o visível e o invisível. E nesse encontro, a mente se revela como um tesouro a ser explorado, um mapa que conduz a infinitas possibilidades.

Esse conhecimento não é algo estático, mas sim dinâmico e sujeito a mudanças. Novos conhecimentos são constantemente descobertos e desenvolvidos, o que nos permite ampliar nossa compreensão do mundo e nos adaptar às mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Sendo assim o trabalho desenvolvido nesta estratégia está na junção do entendimento do conhecimento empírico e científico e o desenvolvimento de habilidades na recondução em situações de sua vivência.

Para Zabalza (2006), o processo de aprendizagem do aluno está intimamente ligado à maneira, dinâmica e didática com que o professor relaciona os conteúdos. O conhecimento não é apenas um acúmulo de informações; é uma jornada de descoberta, um convite para explorar o mundo e a nós mesmos.



# PRODUTO DO CONHECIMENTO

## AÇÕES EDUCATIVAS NAS BOAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS

### DO(A) PROFESSOR(A)

- Registrar acerca do uso dos conteúdos que os educandos fazem na prática social cotidianas.
- Registrar as questões problematizadoras em cartazes expostos na sala de aula até finalizar o estudo de um conteúdo/tema.
- Evidenciar atividades que orientem os(as) estudantes adquirirem aprendizagem acerca do conteúdo explorado.
- Liste as questões sociais que você deseja abordar. Isso pode envolver temas como desigualdade, inclusão, meio ambiente, saúde, educação, entre outros.
- Atividades avaliativas com devolutiva para o(a) estudante.

### DO(A) ESTUDANTE

- Registrar sobre a aplicabilidade do que foi abordado dentro do contexto social, com afirmativa de estudos de caso.
- Participar das atividades avaliativas.
- Descrever os registros.
- Autoavaliação

### MULTIDIRECIONAMENTO DO CONHECIMENTO

- Aplicabilidade no contexto social e a recondução do que foi construído.
- Se torne agentes ativos de mudança.
- Contribui para uma sociedade mais justa e igualitária.

### EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO

- Ir além da superfície, compreendendo o contexto e aplicando o conhecimento de forma prática.
- Impulsiona mudanças em níveis individuais e coletivas.

## 4 ANÁLISE DAS ATIVIDADES

**A**pós a análise dos dados do questionário, conclusão das observações e entrevista, realizamos uma análise das atividades pedagógicas desenvolvidas pela Escola Estadual Irmã Dulce em 2023 e 2024, identificamos algumas estratégias e abordagens que impactaram positivamente a ressocialização dos(as) detentos(as): As atividades formais institucionais, atividades culturais e artísticas, intersectorialidade (com a saúde e parceiros), projeto político pedagógico, plano de ação e a sensibilização para o pertencimento e o reconhecimento de habilidades dos(as) estudantes, que contribuem para essa transformação.

Foi possível identificar as características próprias das narrativas, com a qual organizamos em cinco estratégias estruturadas de desenvolvimento das boas práticas. Ao elaborarmos o questionário, mantivemos o foco em três categorias centrais tratadas neste guia: o contexto da sala de aula na unidade prisional feminina, o contexto da inclusão da diversidade em turmas de educação de jovens e adultos e o contexto das boas práticas.

Essa metodologia contribui para o fortalecimento das relações interpessoais e para a construção de uma comunidade de aprendizagem. Isso reforça as ideias de Wenger (2001), que defende que aprender é um processo socialmente situado em que os indivíduos participam ativamente.

Os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo e bibliográfica apontaram para a eficácia da construção de coreografias didáticas como ferramenta de ensino na educação de jovens e adultos. Foi possível perceber o desenvolvimento dos(as) estudantes nos aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

A dança, quando utilizada como estratégia pedagógica, propicia uma aprendizagem significativa, pois concilia a teoria à prática. Ela não é apenas uma forma de expressão artística, mas também um poderoso meio de ensino que pode ajudar os(as) estudantes a entender melhor os conceitos e ideias complexos. corroborando com os estudos de Dewey (1938/2010), para quem a experiência é o cerne do processo educativo.

Neste contexto as boas práticas de ensino da Escola Estadual Irmã Dulce, emerge como um espaço de transformação, onde os(as) professores podem redefinir suas identidades, definindo as estratégias da ação educativa, para desafiar limites e a transformação de vida, reacendendo as grades e oferecendo esperança. Nos lembra que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, o conhecimento pode ser uma chave para a transformação e a liberdade. As mulheres reclusas encontram na sala de aula um espaço de resgate da dignidade e da autoestima, onde podem vislumbrar um futuro diferente.

Em relação às implicações desses achados, é possível apontar que a educação deve ser compreendida como um direito humano fundamental, inclusive para aqueles que estão privados(as) de liberdade. Além disso, a pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso e a qualidade da educação no contexto prisional, bem como formação adequada para os profissionais que atuam nessa área (Alves et al., 2019).

Neste sentido Freire (1996, p.16) assevera, que constatar esta preocupação implica em reconhecer a desumanização como realidade histórica:

“Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão”. (FREIRE, 1996, p. 16).





## 5 NOSSAS CONSIDERAÇÕES

**E**m conformidade com a perspectiva do Programa de Mestrado Profissional em Educação Básica, desenvolvemos uma pesquisa cujo foco, foi possível abordar de forma profunda e crítica as bases conceituais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação no Contexto dos Privados de Liberdade. A investigação permitiu desvelar a complexidade dessa temática, que envolve uma série de particularidades e desafios em seu desenvolvimento.

Foi evidenciado que a EJA é uma modalidade de ensino significativa para o processo de inclusão social, pois se propõe a garantir o direito à educação básica para pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada. Essa modalidade educativa possui uma importância ímpar na construção da cidadania, na elevação da escolaridade, bem como na qualificação profissional dos indivíduos.

No contexto prisional, tornou-se patente que a educação é um direito humano fundamental que deve ser garantido também aos privados de liberdade. A educação nas prisões representa um importante instrumento para a ressocialização dos detentos, podendo contribuir para a redução da reincidência criminal. Entretanto, observou-se que este direito ainda é negligenciado em muitas instituições prisionais brasileiras, o que demanda urgência em políticas públicas voltadas para este setor.

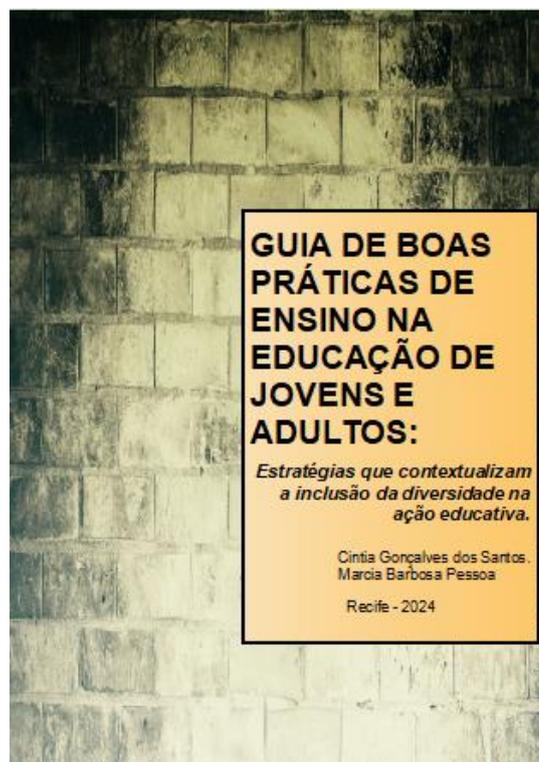
Os resultados deste estudo têm implicações notáveis tanto para os gestores das políticas públicas quanto para os profissionais da educação atuantes na EJA e no sistema prisional. Evidenciou-se a necessidade de se repensar as estratégias pedagógicas utilizadas, bem como a importância de se investir na formação continuada dos educadores, visando uma prática pedagógica mais inclusiva e transformadora. Ressalta-se que o direito à educação é inalienável e deve ser garantido a todos, independentemente de sua condição ou circunstância.

A partir da análise dos resultados obtidos, nota-se que a educação de jovens e adultos (EJA) e a educação no contexto de pessoas privadas de liberdade são áreas que necessitam de maior atenção e investimento por parte das políticas públicas. Ambas as modalidades de ensino são fundamentais para a promoção da cidadania e a ressocialização dos indivíduos.

É importante destacar que a EJA desempenha um papel crucial na garantia do direito à educação para aqueles que, por algum motivo, não puderam concluir seus estudos em idade adequada. Segundo Haddad (2000), "a EJA representa uma segunda chance para o aprendizado formal, sendo indispensável para combater as desigualdades educacionais".

Os resultados apontaram que esta possibilita aos detentos o acesso ao conhecimento e contribui significativamente para o processo de ressocialização. De acordo com Dias (2015), "a educação é um instrumento eficaz na redução da reincidência criminal, pois oferece aos detentos novas perspectivas e habilidades úteis para uma reintegração bem-sucedida na sociedade".

Os achados do presente trabalho têm implicações importantes para políticas públicas em educação. A necessidade urgente de investimentos na EJA e na educação dos privados de liberdade. Além disso, enfatiza-se a importância de estratégias pedagógicas adequadas às especificidades desses públicos.



A construção coletiva deste Guia de Boas práticas, foi sob análise dos dados. Sugere a incorporação de práticas educativas nas turmas da EJA e instituições de ensino da educação em prisões, visando resultar em uma redução significativa na ressocialização, corroborando a afirmação de Gehring (2000) de que a educação é um meio eficaz para reintegrar os presos à sociedade e tem um importante papel na inclusão social dos indivíduos privados de liberdade. Corroborando com Arroyo (2005), a EJA deve ir além do ensino fundamental, promovendo também uma formação cidadã, voltada para a construção de projetos de vida autônomos e participativos. No entanto, essa proposta demanda uma revisão dos currículos tradicionais, privilegiando abordagens pedagógicas mais críticas e contextualizadas.

Os resultados ressaltam a necessidade de uma abordagem mais holística para esses temas, que leve em consideração tanto as necessidades específicas dos(as) estudantes quanto as condições materiais nas quais essa educação ocorre e a formação dos professores.

A Educação em ambientes prisionais desempenha um papel crucial na ressocialização e na promoção dos direitos humanos dos(as) detentos(as). Para que essa modalidade de ensino seja eficaz, é imperativo que sejam elaboradas propostas que considerem a diversidade e a especificidade desse contexto. Um projeto educacional específico, solidário e inovador é fundamental para romper com as barreiras impostas pelo sistema prisional.

Neste cenário desafiador, exploraremos algumas estratégias e abordagens que podem transformar a Educação Prisional em uma ferramenta poderosa para a reinserção social e a construção de cidadania dentro das escolas de educação de jovens e adultos quanto nas escolas do sistema penitenciário. Afinal, a educação é uma luz que pode iluminar os caminhos daqueles que buscam uma segunda chance.

Vamos adentrar esse universo educacional, onde a esperança e o conhecimento se entrelaçam, e descobrir como podemos construir um futuro mais justo e humano para todos, independentemente das grades que os cercam.



## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, I. L.; PAIVA, J. A educação de jovens e adultos no contexto prisional: desafios e possibilidades. Cadernos de Educação (UFPB), n. 43, p. 77-92, 2012.

ARAÚJO, Stephane Silva de; LEITE, Maria Cecília Lorea. A assistência educacional no Sistema Penitenciário Federal – a Penitenciária Federal em Porto Velho/RO. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 1, maio de 2013, p. 395-415.

ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

ARROYO, M. G. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio. (Org.). Formação de educadores de jovens e adultos. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 17-32, 2006.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. rev. e ampl. 14 re-imps. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da pena de prisão – causas e alternativas. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993; 3ª ed., 2004.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Lei de Execução Penal. Casa Civil.

BRASIL. Lei nº 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.LDBEN.Brasília: Congresso Nacional/Presidência da República;1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL.Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação em Prisões. Brasília: MEC, 2009.

DEWEY, J. *Experiência e educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DURKHEIM, Émile. *A educação, sua natureza e sua função*. *Educação e Sociologia*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Cap. 1. p. 33-49. em: 15 de setembro de 2018.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *Trabalho como princípio educativo*. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GADOTTI, Moacir, 2007. *Educar para um outro mundo possível*. São Paulo: Publisher Brasil.

GADOTTI, Moacir. São Paulo; Cortez; 5 ed; 2010. 333 p.

HADDAD, S. *Educação de jovens e adultos no Brasil: lições da prática*. Em Aberto (INEP), v. 17, n. 72, p. 17-30, 2000.

HANNAFIN, M.J., & Land, -S.M. (1997). *The foundations and. assumptions of technology-enhanced student-centered learning environments*. *Instructional Science*.

JULIÃO, E. F.; ONOFRE, E. M. C. *Educação em prisões*. Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 11-14, jan./mar. 2013. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade/](http://www.ufrgs.br/edu_realidade/)>. Acesso

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: Mf Livros, 2008. 250 p.

MAEYER, M. *A educação na prisão não é uma mera atividade*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/04.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

MAYER, R., Heiser, J., & Lonn, S. (2001). *Restrições cognitivas na aprendizagem multimídia: Ao apresentar mais material resulta em menos compreensão*. *Revista de Psicologia Educacional*, 93(1), 187–198.

MONTENEGRO, M. S.; BARBOSA, M. R. *Violências contra o outro: o silêncio em sala de aula*. *Revista Educare (Online)*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 16 páginas, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/educare/article/view/48263>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MOURA, D. (2013). *A educação em prisões no Brasil: um breve panorama histórico e desafios contemporâneos*. *Revista Brasileira de Educação* v. 18 n° 55.

MOURA, D. G. *Educação de Jovens e Adultos: desafios contemporâneos e propostas de inovação*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, p. 395-414, 2012.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar entre as grades. São Carlos: EduFSCar, 2007. PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1987.

PEREIRA, R.C.F.M.; LIMA, M.S.L.; SILVA JÚNIOR, J.R., (orgs). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso Editora; Salvador: EDUFBA; São Luís: EDUFMA, 2019.

SANTOS, R. A. Coreografia didática: um novo olhar sobre as práticas pedagógicas na Educação Básica. Revista Práxis Educacional, v. 13, n. 30, p. 15-32, 2017.

SILVA et al., Formação continuada de professores para o ensino superior: reflexões sobre o uso da metodologia das oficinas pedagógicas no contexto da educação profissional em saúde. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 36, p. 241-257, jan./mar. 2020.  
Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília, 2011

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional/Maurice Tardiff. - Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

TIMOTY, D. I. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, nov. 2011.

UNESCO. Situação educacional dos jovens e adultos privados de liberdade no Brasil: desafios e possibilidades. Brasília, DF: UNESCO (2015).

WENGER, E. (2001). Comunidades de prática: Aprendizagem, significado e identidade. Artmed.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. São Paulo: Editora Artmed, 1995.

ZABALZA, M.A. Ser profesor universitario hoy. La Questión Universitaria. N.5.2009. (p.69-81). Uma nova didática para o ensino universitário: respondendo ao desafio do espaço europeu de ensino superior. In: Sessão Solene comemorativa do Dia da Universidade – 95º aniversário da Universidade do Porto. Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2006.

ZABALZA, M.A.; ZABALZA, M.A. El desafío de una educación innovadora. Multiversidad Management. out./nov., 2013.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm), acesso dia 12/03/2024

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>, acesso dia 12/03/2024

<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/24948> A PRÁTICA EDUCATIVA: O REAL SENTIDO DA PRÁXIS acesso dia 23/03/2024

[Quais são as competências básicas para a prática docente? \(unib.org\)](https://www.unib.org/), acesso dia 23/03/2024

ISBN: 978-65-01-21564-8

**CDL**



9 786501 215648